

Livre iniciativa vencerá, garante Cabral

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

No anteprojeto final da Constituição, que será submetido ao plenário, não sobreviverão muitos dos relatórios preparados nas subcomissões do Congresso Constituinte. Entre estes, por exemplo, não prosperarão os que consagram a ação do Estado como agente econômico, pois a maioria dos constituintes

“brigará pela livre iniciativa e possibilitará uma verdadeira liberdade do mercado”. Quem garante isso é o homem que vai redigir esse anteprojeto, o deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, relator da Comissão de Sistematização, a mais poderosa de todas. Bernardo Cabral, que é liberal e não admite rótulos nem de

esquerda nem de direita, disse em entrevista exclusiva a **O Estado**, em Brasília, que nem mesmo suas idéias e convicções pessoais prevalecerão na hora de redigir o anteprojeto em relação às manifestações da maioria, que se manifestará no plenário e não nas subcomissões e comissões temáticas. Em nome do acolhimento das idéias dessa maioria, o re-

lator não admite sequer pressões da cúpula de seu partido, o PMDB, que tem a maior bancada no Congresso Constituinte. O deputado comparou o esdrúxulo feito pelas idéias esdrúxulas que prevaleceram nos relatórios das subcomissões a um tambor. Segundo ele, as minorias fazem muito barulho, mas, por dentro, são vazias.

“Relatórios refletem a minoria”

Por que o senhor resolveu se candidatar à Constituinte?

Nos 20 anos em que fiquei afastado da política, por causa da cassação de meu mandato, fui secretário-geral e presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nessa condição, percorri, durante quatro anos, o Brasil inteiro, exigindo uma Assembleia Nacional Constituinte. Fomos ao colégio eleitoral e à eleição de Tancredo Neves. José Sarney assumiu e, 48 horas depois da convocação da Constituinte, recebi convites para me candidatar à Câmara pelos Estados da Paraíba, do Rio de Janeiro e do Amazonas. Eu era favorável à Constituinte exclusiva, mas não foi essa dúvida que pesou mais. Eu estava convicto de que não deveria voltar à política, mas seria incoerente pregar a Constituinte e recusar-me a participar dela, sendo, como sou, especialista em Direito Constitucional. Se eu ficasse de fora e visse serem eleitas pessoas despreparadas, não teria muitas explicações a dar.

Eleito constituinte, o senhor se lançou logo ao cargo de relator da Comissão de Sistematização. Sempre foi seu sonho ser o redator da Constituição?

Já na campanha disse que disputaria o cargo de principal redator da Constituição. Quando Ulysses Guimarães foi à televisão e contou que haveria uma grande comissão presidida por Afonso Arinos, comecei a pensar em ser o relator dessa comissão. Disputei o cargo em eleição direta dentro da bancada do PMDB, vencendo Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo, com uma bancada de 30 deputados e três senadores, e Pimenta da Veiga, de Minas, com uma bancada de 35 deputados e dois senadores.

Seu trabalho só vai começar quando terminar o dos relatores das outras comissões, as temáticas?

A Comissão de Sistematização tem duas fases, a preliminar e a de mérito. Na preliminar, que é agora, ela recebe os relatórios das oito comissões temáticas e tenta compatibilizar tudo o que passou em suas peneiras. Até então não posso mexer no que vier. Farei uma liposspiração constitucional, eliminando repetições, para depois mandar para o plenário, para as devidas emendas. Se esse texto liposspirado receber emendas, ele então voltará à Comissão de Sistematização. Na fase final, que é a de mérito, eu aceito o trabalho final, se for o caso, ou o rejeito, e apresento um substitutivo.

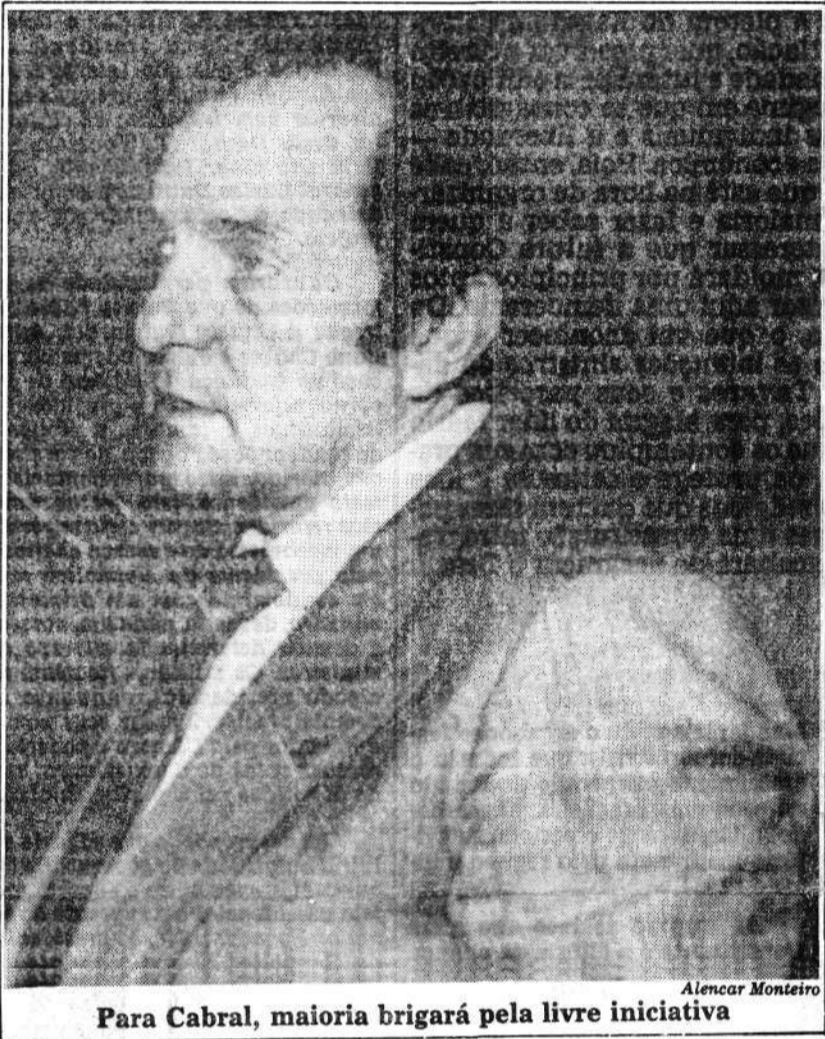
É muito poder. O senhor está preparado para isso?

Sabendo de toda essa responsabilidade, vi que o cargo de relator só pode ser exercido por alguém que tenha prática política e jurídica. Tenho fé de que o exercício de 33 anos de advocacia me dá tarimba e humildade suficientes para poder adequar tudo ao que a maioria decidir. O perigo de alguém, preso a algum sectarismo ideológico, relatar o trabalho da Comissão de Sistematização é o de distorcer o pensamento da maioria. Esta é a grande preocupação em torno disso.

Mas a maioria da Constituinte, de centro, está refletida na maioria dos relatórios apresentados pelas 24 subcomissões esta semana?

Muitos desses relatórios não sobreviverão no plenário. No plenário, a maioria se manifestará e não tenho dúvida de que o perfil dos constituintes não permite que as precipitações demagógicas se imponham àqueles que querem um Brasil com uma interferência menor do Estado na economia, por

atividade econômica. São pessoas que têm presentes os exemplos recentes de que o Estado não tem sido muito feliz nas empresas que pretendeu criar ou naquelas cuja atividade explora. Por essa razão, julgo que as empresas estatais que são deficitárias e co-responsáveis pelo índice inflacionário deverão ser privatizadas. Não tenho dúvida de que a maioria pensa como eu. Se os relatórios das subcomissões refletem o contrário desse pensamento, é porque eles refletem mais a minoria que faz muito



Para Cabral, maioria brigará pela livre iniciativa

estardalhaço na discussão de temas conflitantes, deixando a grande maioria silenciada. Esse fenômeno se assemelha a um tambor, que faz muito barulho, mas é vazio por dentro.

A crise também é barulhenta. Será que a Constituinte não ouve seu ruído?

“As empresas estatais que são deficitárias e co-responsáveis pelo índice inflacionário deverão ser privatizadas”

O País atravessa uma crise conjuntural (inflação, renegociação da dívida externa, juros altos, falta de credibilidade, etc.), que poderá ter soluções a curto ou médio prazos. Se os componentes dessa crise conseguirem se embutir na feita da nova Constituição, afetando sua estrutura, ficarão como letra morta, no momento em que tais problemas tiverem sido solucionados. Dessa forma, a Carta Magna começaria ressentida e acabaria contraditória. Ou seja, precocemente envelheceria.

Como evitar que isso aconteça?

A grande preocupação da Constituinte é não deixar se envolver pelo que é conjuntural para se tornar estrutural, sob pena de fazer com que a esperança do povo brasileiro se transforme numa frágil aspiração em trânsito para o desencanto. Se a conjuntura se intrometer no resultado final da Constituição, ela será um cartapácio sem fim. Não apenas eu, como relator da Comissão de Sistematização, preciso ter consciência disso. Os relatores das subcomissões e das comissões devem estar atentos para o significado do maior código político do País, que não poderá ser fruto dos anseios dessa ou daquela agremiação político-partidária, mas a síntese jurídica e política da vontade da Nação. Apesar de ser um integrante do maior partido político na Constituinte, como relator não me submeterei às pressões políticas desse partido ou de seus dirigentes, porque só tenho compromisso com o único soberano que conheço, a minha consciência.

Esta sua independência, em relação à cúpula do PMDB e ao governo federal, teve alguma influência na escolha do seu nome?

Não tenho dúvida. Os votos que recebi de todas as tendências, da esquerda à direita, passando pelo centro, comprovam que essa independência foi a nota marcante

da afirmação da bancada. Meus adversários, à extrema direita, me combateram, na eleição, porque, tendo eu sido cassado e tido meus direitos políticos suspensos por dez anos, sou considerado por eles um homem de tendências esquerdistas. Ao passo que os da extrema esquerda reclamaram que eu era um símbolo representativo da direita, porque tenho ligações de amizade com o ministro do Exército.

Qual dos dois lados tinha razão?

Nenhum dos dois. O general Leonidas Pires Gonçalves é meu amigo há quase 30 anos, desde a época em que ele era major e eu secretário do Interior e Justiça do Estado do Amazonas. Nossa amizade é suficientemente forte para vencer o tempo, a distância e o silêncio. Minha cassação, até hoje não explicada, porque não conheço o que consta dos relatórios dos órgãos de informação, ocorreu porque eu, no período de 1967/68, sempre me opus ao regime autoritário e arbitrário. Como poderia ser a favor? Tal regime era meio de realidade, meio de César democrático, e minha convicção política sempre foi voltada para suplantá-lo, fosse que havia sido cavado entre o Estado e a Nação, a par dos estúpos que se cometeram contra a democracia em nosso País.

Mas, afinal, o senhor é de esquerda ou de direita?

Não sou homem ao qual se apliquem rótulos. Minhas convicções, quaisquer que tenham sido os cargos pelos quais passei (chefe de polícia, secretário de Estado, chefe de Casa Civil, deputado estadual e federal, secretário-geral e presidente da OAB, professor universitário no Exterior), sempre estiveram voltadas para a única tendência ideológica que tenho, o bem-estar do ser humano. Ao contrário dos sectaristas, que podem até eliminar o homem para impor a idéia, trato o ser humano com a dignidade e o amor que ele merece.

Tolerância no julgar, compreensão no decidir, paciência no ouvir, lealdade aos amigos. Estas serão as melhores qualidades para

um relator tão poderoso, capaz de redigir uma Constituição?

Numa tentativa de exercer as qualidades que os amigos me atribuem, recentemente reuni informamente líderes de todos os partidos, sem qualquer prevalência de agremiações maiores ou menores, para fazer o esboço de normas preliminares para o funcionamento da Comissão de Sistematização.

Que resultado prático tem esse tipo de reunião?

Quando todos os segmentos partidários são convocados a colaborar na feita de um minirregimento, todos sentem que sua colaboração é imprescindível e equidistante de quaisquer imposições das lideranças políticas. Resulta

daí um trabalho que, após ultimado, permitirá àqueles que com ele contribuíram que possam ser seus defensores na discussão do plenário da comissão. Vale dizer que a feita da Constituição não deve ser uma mera ficção jurídica ou resultar de idéias de meia dúzia de pessoas, por mais bem preparadas que elas sejam e por melhores que possam ser suas intenções, mas o reflexo de todas as correntes que compõem a sociedade.

Ou seja, nem suas idéias pessoais prevalecerão no anteprojeto?

Minhas idéias e convicções jamais serão impostas na elaboração da Constituição. Tentarei ser o mais fiel possível ao que decidirá a maioria da Constituinte. Por exemplo: defendo o sistema parlamentarista de governo, adequado à realidade brasileira, mas serei o primeiro a dar o melhor de meus esforços e de minha argumentação, caso fique consagrado o sistema presidencialista, para preparar um projeto que reflita em profundidade o que decidirem os constituintes, em sua maioria.

E na questão da duração do mandato do presidente José Sarney?

A discussão que se formou em torno do mandato do presidente sempre me pareceu forrada de inoportunidade, porque a convocação da Assembleia Nacional Constituinte se fez sob o pálio da Constituição em vigor, que prescreve a duração dos mandatos, tanto do presidente da República quanto dos governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores. Ora, ao se tentar reduzir o mandato presidencial, dever-se-ia, por uma questão de coerência, fazê-lo para os demais cargos eletivos. A convocação de eleições diretas logo após a promulgação da Constituição, para dar por encerrado o mandato do presidente Sarney, deveria ser acompanhada da dissolução da Assembleia Nacional Constituinte e o término dos mandatos de todos os que os portam, a fim de que as eleições sejam gerais, para todos.

Esta é, então, sua tese: eleições gerais?

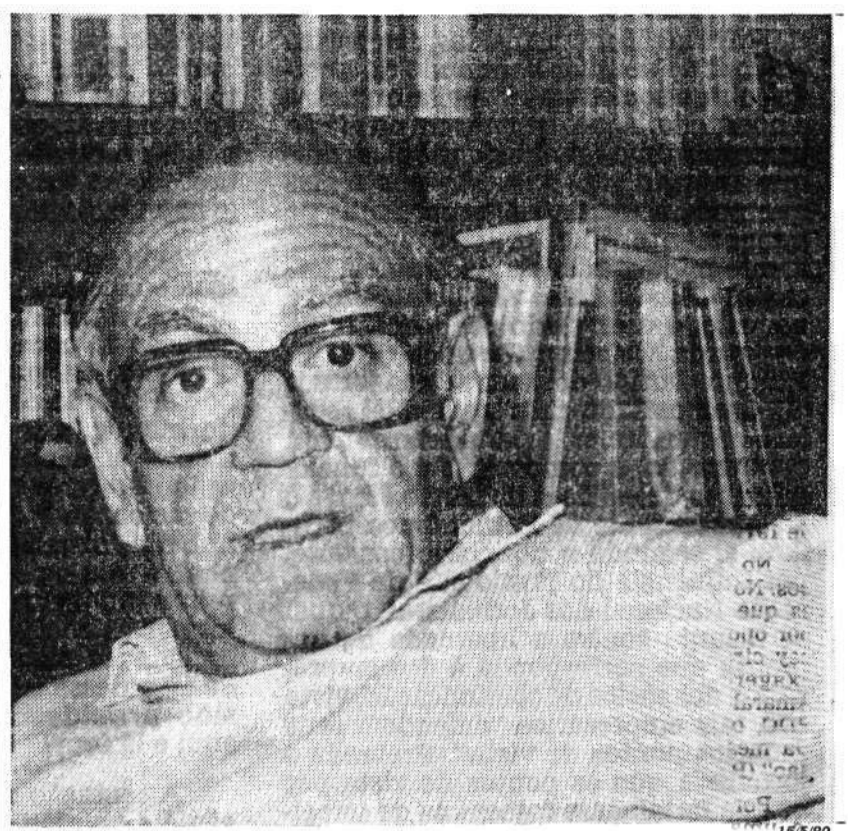
A Assembleia Nacional Constituinte tem o poder constituinte, que pode tudo, inclusive, como foi feito, respeitar o direito de constituinte dos senadores eleitos em 1982, que o povo mesmo não havia dado. Nenhum desses senadores

“Extinguir-se o mandato presidencial é moral, desde que venha como corolário das eleições gerais”

foi eleito para uma Constituinte. Parece que encurtar o mandato do presidente, mantendo a duração dos outros, resultaria numa incoerência de raciocínio. Extinguir-se o mandato presidencial é moral, desde que venha com o corolário das eleições gerais.

Não está claro se o senhor sustenta ou se apenas admite isso.

Veja bem. Pode-se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte numa ruptura da ordem constitucional. Neste caso, o poder é grande e eleições gerais são sempre marcadas. Acontece que esta Constituinte que aí está não se origina da ruptura da ordem, mas da própria ordem constitucional. Sua convocação obedece ao preceito da emenda 26. Como a Constituinte foi convocada com base na Constituição vigente acho que todos os mandatos deveriam ser mantidos. Mas este é o raciocínio constitucional. O raciocínio político é outro: com a crise financeira e econômica que assola o País, a reivindicação do encurtamento do mandato presidencial se avoluma, aparecendo como solução imediata para a crise a convocação das eleições para a Presidência da República. Aliás, falar em diretas-já é um equívoco, pois a emenda constitucional n° 25 já consagra o princípio das eleições diretas para o futuro presidente. O que me parece razoável é saber o que deve prevalecer: se a conveniência política ou a letra constitucional. O que se nota é que a data de 15 de novembro de 1988 vem sendo estabelecida como a ideal para a eleição do futuro presidente da República. Minha preocupação, dentro dessa conveniência política, é que essa pregação agora por uma eleição presidencial venha desviar a rota da Constituinte, prejudicando-a, porque acabaremos todos ficando no acessório e desprezando o essencial.



Jaguaribe defende economia “regulada socialmente”

É geral o repúdio à tendência estatizante das teses do PMDB

AGÊNCIA ESTADO

“As Sete Teses do PMDB” que refletem uma proposta de estatização da economia a ser apresentada à Assembleia Nacional Constituinte — divulgadas há duas semanas pelo informativo *Carta Sempre de Brasília* — foi duramente criticada por empresários e políticos de vários Estados. Para a maioria dos entrevistados, a estatização econômica representaria grave retrocesso para o desenvolvimento do País.

“Assim não chegaremos nunca ao ideal democrático da sociedade pluralista, aberta, justa, centrada no respeito ao indivíduo cujo mérito deve premiar”, reagiu o deputado José Santana de Vasconcelos (PFL-MG), que ganhou notoriedade por combater a intervenção do Estado na economia. Segundo ele, a democracia só será consolidada no País “com a eliminação da tutela tecnocrática do Estado”.

O parlamentar mineiro afirmou que o momento é muito propício à retirada do Estado da economia, “uma vez que ele se mostra incapaz, em seu imobilismo e desorientação, de resolver a grave questão econômica. Além disso, devemos lembrar que a democracia é indissociável da liberdade de iniciativa e nosso regime democrático não pode tolerar a existência do monstro incompetente, injusto e suspeito representado pela tirânica e abrangente intervenção estatal na economia”. Santana de Vasconcelos ressaltou que a Constituinte não deve só criar mecanismos para evitar novos avanços do Estado sobre a economia, mas também reduzir os índices dessa intervenção. “O princípio da liberdade de iniciativa deverá ser gravado no capítulo da Ordem Econômica e Social, deixando claro o da economia de mercado, avesso à ação da mão estatal que hoje administra desde a vida sindical até as taxas de juros.”

Para o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César R. Zúñiga Valente, o documento do PMDB “é extremamente preocupante, pois, se a Constituinte aprovar essas propostas, nós caminharíamos rapidamente para a socialização completa do País”. Segundo Valente, a adoção das teses estatizantes provocaria um desestímulo de tal ordem que quem puder cairá fora (da iniciativa privada) e quem estiver fora não vai investir. Com a estatização ainda maior, o País estará entre a “incompetência e



Para o presidente da Associação Comercial do Pará, Joaquim Borges Gomes, o documento peemedebista “é a maior baleia que grita aos céus”. Gomes considera até grotesco falar em distribuição de renda e estatização. “A estatização é a concentração de riquezas junto ao pior patamar que pode haver: o governo. Recusou-me a acreditar que isso traduzia a realidade de pensamento dos homens inteligentes do PMDB”, disse ele.

O cientista político Hélio Jaguaribe é de opinião que uma proposta estatizante para a ordem econômica da futura Constituição não vai contribuir para a solução dos problemas do País. Ele defendeu “uma economia de mercado regulada socialmente, um modelo que está em vigor na Europa Ocidental. Tal modelo permitiria ao Estado democrático a responsabilidade de supervisionar a responsabilidade de mercado, de modo a corrigir as suas distorções, que tendem a surgir nos países de capitalismo periférico”. Segundo Jaguaribe, “a função de supervisionar tem permitido evitar o agravamento das desigualdades sociais e a desnacionalização da economia, garantindo a estabilidade da empresa privada nos países que a adotam”. O cientista político acrescentou que o Estado pode ter mecanismos corretivos e supletivos, que evitem abusos. Disse não ser válido ter a nacionalização ou a estatização como objetivos finais, pois estratégia não corresponderia às soluções realistas.

Pela regionalização bancária

Os microempresários estão travando uma grande luta contra os juros bancários, mas nem por isso acreditam que a estatização dos bancos, proposta pelo PMDB, venha resolver o problema. “Somos contra a estatização de qualquer espécie”, disse o presidente da Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa, Pedro Cascaes.

O empresário considera necessária mudança na estrutura bancária do País, mas mudança que “ajude a descentralizar o sistema”. Para ele, a estatização seria mais uma centralização das decisões, e isso não ajudaria os microempresários. “O que defendemos é uma regionalização dos bancos, que impeça o crescimento desmedido, quando um só banco tem agências espalhadas por todo o País e trata todas as regiões do mesmo jeito.” Cascaes acredita que “se um banco é regional, as decisões tomadas pelos diretores nunca prejudicarão a comunidade”.

Já o presidente da Federação dos Bancários do Paraná, Roberto Pinto Ribeiro, defende com veemência a estatização dos bancos: “Os banqueiros têm sido os grandes privilegiados do País, sobretudo nos períodos de crise como o que atravessamos, quando praticam a agiotagem escancarada”. Pinto Ribeiro explicou que o movimento dos bancários do País já tem um estudo “visando à estatização dos bancos para estabelecer uma conduta uniforme de to-

das as agências e, principalmente, adotando uma política de caráter mais social”. Segundo Pinto Ribeiro, a estatização não deverá trazer desemprego ao setor bancário, “pois nós temos levantamentos comprovando que todos os bancos estão funcionando com menos empregados do que o necessário”. O dirigente sindical acredita que, para haver a estatização, também tem de haver mudanças no comportamento do governo, “acabando com a impunidade e com os privilégios e moralizando o setor. Se isso não for levado a sério, todos os problemas continuarão iguais aos de hoje”.

CASAS PRÉ-FABRICADAS CHALÉS Finas Residências Cz3 2.500 p/m² - Madeira Nobre-Garantia de 20 anos - Pronta entrega qualquer parte do Brasil. Av. Ipiranga, 120 - Fone 259.6854 Arq. Caij.